



PREFEITURA DE ANÁPOLIS  
SECRETARIA DE GOVERNO  
PROCESSO LEGISLATIVO

Ofício nº 009/2013-PL

Anápolis, 27 de fevereiro de 2013.

Excelentíssimo senhor  
Vereador Luiz Santos Lacerda  
DD. Presidente da Câmara Municipal

**Câmara Municipal de Anápolis**

Depto. Protocolo

Recebi em 24 / 02 / 13

Horas 15:10

Assinatura [assinatura]

Senhor Presidente,

Encaminho para apreciação de Vossa Excelência e dignos pares, o incluso Projeto de Lei nº 006/2013 que, **“Altera dispositivos da Lei 3.362, de 25 de maio de 2009, a qual autoriza a celebração de convênio com entidades de ensino superior ou agentes de integração públicos e privados, para desenvolvimento de programas de estágio remunerados”**, apresentando, para tanto, as seguintes

#### JUSTIFICATIVAS


O Projeto de Lei tem por desiderato atender o convênio a ser firmado entre o Município de Anápolis e o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás, ao passo que o Município disponibilizará estagiários ao TRE com o fito de auxiliar no atendimento e orientação dos eleitores quando do cadastramento biométrico.

Estes estagiários cedidos pelo Município, no quantitativo de 50 (cinquenta) serão treinados nas próprias Zonas Eleitorais de Anápolis, pelos servidores do quadro do TRE-GO, para funcionarem como atendentes diretos, a partir do cadastramento em 1º de abril de 2013, para atenderem eleitores dos municípios de Anápolis, Campo Limpo de Goiás e Ouro Verde de Goiás.

Assim, o projeto é de relevante importância, pois o Município contribui de forma efetiva para o avanço da democracia em nosso País, buscando de maneira cristalina a lisura das eleições em nosso rincão.

Ante ao exposto, é de suma importância a aprovação do presente Projeto de Lei, pelas razões expendidas nas linhas volvidas, pelo que encaminho à Vossa Excelência para aprovação e dignos pares, **em caráter de urgência.**

Atenciosamente,

  
Antônio Roberto Gomide  
Prefeito de Anápolis

PROTOCOLO Nº 030  
Data 27/02/13 14h  
Serviço de Expediente



PREFEITURA DE ANÁPOLIS  
SECRETARIA DE GOVERNO  
PROCESSO LEGISLATIVO

Encaminhe-se à comissão de  
Constituição, Justiça e Redação  
em 27/02/13  
Presidente

**PROJETO DE LEI Nº 006 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013.**

Altera dispositivos da Lei 3.362, de 25 de maio de 2009, a qual autoriza a celebração de convênio com entidades de ensino superior ou agentes de integração públicos e privados, para desenvolvimento de programas de estágio remunerados.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANAPOLIS aprovou e eu, PREFEITO DE ANÁPOLIS, sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º**- Altera a redação do art. 3º, *caput*, da Lei 3.362, de 25 de maio de 2009, que passa a vigor com a seguinte redação:

*“Art.3º- O quantitativo de vagas para estágios será de até 150 (cento e cinquenta), e o preenchimento dependerá da necessidade e da disponibilidade financeira do Município.”*

**Art.2º**- Insere parágrafo único ao art. 3º da Lei 3.362, de 25 de maio de 2009, que passa a vigor com a seguinte redação:

*Parágrafo único – Cinquenta vagas das estatuídas no caput destinar-se-ão a convênio firmado pelo Município de Anápolis e o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás, para recadastramento biométrico dos eleitores dos municípios de Anápolis, Campo Limpo de Goiás e Ouro Verde de Goiás.*

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, 27 de fevereiro de 2013.

Antônio Roberto Gomide  
Prefeito de Anápolis

Edmar Silva  
Procurador Geral do Município



**LEI Nº 3.362, DE 25 DE MAIO DE 2009**

**“AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE  
CONVÊNIO COM ENTIDADES DE  
ENSINO SUPERIOR OU AGENTES DE  
INTEGRAÇÃO PÚBLICOS E  
PRIVADOS, PARA  
DESENVOLVIMENTO DE  
PROGRAMAS DE ESTÁGIOS  
REMUNERADOS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.”**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS, decreta e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com entidades de ensino superior ou agentes de integração públicos e privados, objetivando possibilitar a complementação educacional ao corpo discente de instruções de ensino superior, através de estágios práticos em órgãos da Administração Municipal.

**Art. 2º.** A realização do estágio dar-se-á mediante termo de compromisso celebrado entre o estudante, o Município e a instituição de ensino.

**§ 1º.** O termo de compromisso conterá cláusulas que disporão sobre a carga horária, a duração, a jornada de estágio curricular e demais condições contratuais pertinentes definidas na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e se constituirá em comprovante legal da inexistência de vínculo empregatício.

**§ 2º.** Só poderão estagiar os alunos devidamente matriculados em curso de nível superior.

**Art. 3º.** O quantitativo de vagas para os estagiários será de até 100 (cem), e o preenchimento dependerá da necessidade e da disponibilidade financeira do Município.

**Art. 4º.** Como Bolsa de Complementação Educacional, o Município pagará, mensalmente, a cada estagiário, o valor de R\$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais), e um auxílio transporte no valor de R\$ 70,00 (setenta reais).

**Parágrafo único.** O valor estipulado neste artigo poderá ser reajustado anualmente.

**Art. 5º.** Será contratado em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso.

**Art. 6º.** As dotações orçamentárias necessárias ao cumprimento do autorizado por esta Lei, serão consignadas nos orçamentos anuais, sob rubricas específicas, ficando o Executivo autorizado no presente exercício, a proceder à abertura de créditos especiais nos valores necessários à execução dos presentes objetivos.

**Art. 7º.** Revogam-se as disposições em contrario, especialmente as Leis Ordinárias 2.109, de 18 de maio de 1993; 2.773, de 20 de setembro de 2001; 2.821, de 28 de dezembro de 2001; 2.859, de 29 de abril de 2002; 2.906, de 31 de outubro de 2002; 3.016, de 8 de outubro de 2003; 3.111, de 27 de dezembro de 2004; a Lei Promulgada nº 128, de 07 de junho de 1993.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS**, em 25 de maio de 2009.

***Antônio Roberto Otoni Gomide***

PREFEITO MUNICIPAL

***Andréia de Araújo Inácio Adourian***

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO